



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

e Pró-Reitor de Ensino

José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-Reitor de Extensão

Fernando Setembrino

Cruz Meirelles

Vice-Pró-Reitora de Extensão

Renita Klüsener

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Geraldo F. Huff

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Guimarães

Aron Taitelbaun

Célia Ferraz de Souza

Clovis M. D. Wannmacher

Geraldo Valente Canali

José Augusto Avancini

José Luiz Rodrigues

Lovois de Andrade Miguel

Luiza Helena Malta Moll

Maria Cristina Leandro Ferreira

Geraldo F. Huff, presidente

Maria Teresa - 4ª aula

Métodos de Pesquisa Social Empírica e Indicadores Sociais

ACHIM SCHRADER

organizadores:

Clarissa Eckert Baeta Neves

Emil Albert Sobottka


UFRGS
EDITORA

Editora da UFRGS • Av. João Pessoa, 415 - 90040-000 - Porto Alegre, RS - Fone/fax (51) 3316-4090, 3226-4953 e 3224-0327 - editora@ufrgs.br - www.ufrgs.br/editora • Direção: Geraldo Francisco Huff • Editoração: Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos, Rosângela de Mello; suporte editorial: Fernando Piccinini Schmitt e Sílvia Aline Otharan Nunes (bolsista) • Administração: Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Mary Cirne Lima; suporte administrativo: Ana Maria D'Andrea dos Santos, Felipe Brito Vasconcellos (bolsista), Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • Apoio: Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

Comparação internacional

Mensuração em pesquisas multinacionais

As comparações internacionais ultimamente receberam muita atenção, também no Brasil. Com regularidade, no Brasil, a opinião pública se emociona sobre a posição de seu país em escalas mundiais de analfabetismo ou de pobreza. Se o objetivo dos levantamentos multinacionais for a pura descrição, o importante é a réplica o mais exato possível da amostragem, da aplicação do questionário, das perguntas feitas, da redação do texto das perguntas etc. Se, por outro lado, o objetivo for mais teórico, isto é, se a pretensão for tirar conclusões sociológicas comparadas, exige-se uma tradução conceitual ao invés de literal. A necessidade de uma tradução conceitual se estende à definição precisa dos conceitos usados no desenvolvimento de procedimentos e medidas. Inclui, por exemplo, as perguntas a serem feitas, a avaliação do grau em que esses conceitos se aplicam a cada contexto nacional, e o desenho de procedimentos e estratégias intranacionais. A segunda modalidade poderia eventualmente evitar as fraquezas da primeira. Uma tradução literal sempre deixará muito a desejar, tendo em vista as enormes diferenças semânticas e culturais entre sociedades e regiões. Para isso é necessário que as sociologias das áreas a serem comparadas se entendam a respeito dos conceitos usados, deixando a sua operacionalização para ser feita em nível local ou regional. O estado da arte da sociologia internacional, aliás, está longe de um consenso teórico (Schrader, 1971). Por outro lado, a história da sociologia mostra alguns desempenhos a respeito de como chegar a afirmações universais, que vale a pena mencionar: os de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

Mais recentemente, às vezes com o apoio da Unesco, foram feitos vários estudos comparativos sobre fertilidade, saúde, educação, renda, mobilidade social, estrutura de classes, comportamento político e uso do tempo. Como Alwin e colaboradores observam, esses estudos se distinguem em praticamente todos os aspectos metodológicos: número de países incluídos, mensuração em nível individual ou agregado, dados especialmente levantados ou obtidos através de procedimentos administrativos etc., de modo que é difícil chegar a conclusões. Por outro lado, as experiências permitem destacar algumas indicações metodológicas, diferenciando entre aqueles estudos que tratam a nação como um objeto ou como o contexto no qual se orientam as pessoas estudadas.

Um exemplo para o segundo caso é a importante pesquisa de Inglehart. Baseado em uma teoria psicológica sobre necessidades, Inglehart compara as pessoas que sofrem ou têm sofrido pela escassez de recursos materiais com aquelas que vivem na afluência. Essas pessoas também têm necessidades, mas elas são de forma não-material. A partir dessas comparações montou um "índice de (pós-)materialismo" que, entretantes, faz parte dos relatórios nacionais gerais na Europa e na América do Norte.

Outro exemplo é o cálculo do prestígio profissional de Treiman, feito à base da classificação de ocupações ISCO. Ele, como também as tentativas de calcular pobreza, mostram graves problemas. Tanto a classificação das ocupações como a da renda tem inúmeras idiosincrasias nacionais que dificultam até o cálculo de percentuais. No caso da pobreza, a proposição de que uma determinada parcela da população encontra-se no decil inferior da distribuição da renda, portanto, não pode ser comparada com um resultado do mesmo cálculo em outro país.

Maiores problemas ainda ocorrem na comparação internacional de orientações políticas. Conceitos como "liberalismo" ou "socialismo" têm suas definições próprias em cada país. Isto vale também para algo que parece ser universal, tal como os direitos humanos. O fracasso parcial da política dos direitos humanos iniciada pelo presidente Carter, dos Estados Unidos, mostra que por um lado se conseguiu denunciar o comunismo real na União Soviética e nos países dependentes dela, mas permaneceu, por outro lado, a resistência em denunciar as violações de direitos humanos na China e em países de orientação fundamentalista.

Com relação à educação, Alwin e colaboradores esclarecem a complexidade dos problemas:

– a falta de similaridade dos conceitos da educação usados pelas teorias sociológicas nos diversos países: em alguns países, a educação é tomada como expressão da igualdade de oportunidades que deve ser garantida para nivelar a desigualdade social, com o efeito de dar especial atenção aos socialmente marginalizados. Noutros se concebe a educação como instrumento de tornar mais produtiva a força de trabalho, com a conseqüência de favorecer apenas os que são necessários para futuro aproveitamento de suas potencialidades profissionais;

– a falta de uma comparação direta devido às diferenças entre as instituições educacionais: assim, por exemplo, deve-se considerar quem mantém os sistemas educacionais: somente o poder público ou predominantemente os mantenedores particulares (religiosos ou comerciais);

– a impossibilidade de usar as mesmas perguntas nos diversos levantamentos: em alguns países pode ser perguntado pelos anos de escolaridade, enquanto, em outros, o número de anos de estudo tem menos importância que o tipo de escola frequentada.

As dificuldades conceituais e na obtenção dos dados em pesquisas transnacionais não correspondem ao estado da arte na estatística aplicável a sua análise: técnicas como a análise de *cluster*, análise de fatores, escalonamento multidimensional (*multidimensional scaling*) e outras estão à disposição para captar, em pouco tempo e com o auxílio de computadores pessoais, cada vez mais potentes as semelhanças e diferenças transnacionais nas dimensões dos itens considerados. É uma situação perigosa comparável àquela que pode surgir se um menor de idade tentasse dominar um automóvel de 300hp.

Indicadores de desenvolvimento

Indicadores de desenvolvimento visam ao monitoramento de uma mudança social acelerada. Pelo fato de que nenhuma definição de desenvolvimento tornou-se consensual para a maioria dos políticos nem dos cientistas, os indicadores escolhidos não seguiram qualquer princípio definido. Os que ganharam mais aceitação foram aqueles que correspondiam a um conceito cotidiano de bem-estar e que foram fáceis de construir. Assim foram criados os índices da expectativa de vida em determinada idade, a mortalidade infantil, população por médico, quota da população com acesso a água potável, calorias *per capita*, taxa de analfabetismo, alunos primários em relação ao grupo etário etc. Nenhum destes índices, aliás, está livre de problemas de validade exatamente naquelas regiões que correspondem mais nitidamente aos chamados países "em desenvolvimento".

Expectativa de vida é calculada a partir da idade das pessoas que morreram. Óbitos em todas as partes do mundo recebem certa atenção, de modo que se confia na contagem certa mesmo em áreas com pouca infraestrutura administrativa. Mas já a idade ao morrer frequentemente não pode ser verificada pela ausência de documentos.

Calcular a *mortalidade infantil* pressupõe o registro de todos os nascimentos e óbitos infantis. Em áreas precárias, tanto rurais como urbanas de determinados países, onde prevalecem as estruturas familiares frágeis, o registro de nascimentos em partos fora de um hospital ou posto de saúde pode não ocorrer; o mesmo ocorre com a morte de crianças com menos de um ano de idade.

População por médico: mesmo se ele fosse calculado por microrregiões, e com isto se evitaria a desfasagem inerente a todo meio aritmético, ainda resta a definição local do conceito de “médico”. Inclui ou não enfermeiros e enfermeiras, curandeiros etc.?

Quota da população com *acesso à água potável*: qual é a distância entre a moradia e o local do abastecimento que se considera aceitável, quais os termos químicos de qualidade de uma água potável nos diversos países?

Calorias per capita é um dos índices mais enganadores. Calcula-se o conteúdo calórico da produção e da importação de alimentos, dividindo este total pelo número de habitantes. Esse índice não somente não diz nada sobre a distribuição dos alimentos, ele também não serve como indicador do potencial de um país de alimentar a sua população porque as calorias são apenas uma das características da alimentação básica.

Taxa de *analfabetismo*: até agora não há consenso a respeito do nível de conhecimentos necessários para ser considerado alfabetizado. Mesmo se num país houvesse uma definição consensual e operacionável, resta ainda a pergunta, qual o grupo referencial (toda população, faixa etária que corresponde à escola primária) considerado.

Alunos primários em relação ao grupo etário: o índice não mostra qual a duração da obrigatoriedade da frequência escolar e de sua realização, o currículo da escola, a inscrição tardia, o êxodo prematuro, a qualidade da formação dos professores etc. Os índices de escolarização, nos países “em desenvolvimento”, freqüentemente chegam a mais de 100% pela inscrição retardada ou pela repetência.

Mesmo que estes indicadores “parciais” tenham graves problemas de validade, houve muitas tentativas, especialmente nas agências internacionais, de juntá-los para formar índices mais complexos, tal como em 1974 o índice de Drewnowski, em 1979 o índice da qualidade física da vida (PQLI) de Morris, os índices de crescimento e distribuição do Banco Mundial.

ÍNDICE DE DREWNOWSKI

Embora o índice de Drewnowski não tenha mais importância, os tipos de raciocínio que entram em sua construção podem ser muito bem ilustrados através da sinopse de Leipert e Simonis (1982, p.444-447). Ele usa 27 indicadores parciais que podem atingir determinados níveis e, partindo de uma concepção determinada sobre desenvolvimento e bem-estar, calcula-se um valor sintetizado para cada país. Essas concepções influenciam tanto a criação de uma escala de quatro níveis gerais (“não tolerável”, “insatisfatório”, “satisfatório”, “afluência”) como o estabelecimento de divisões em escalas ordinais e numéricas.

ÍNDICE DE “QUALIDADE FÍSICA DE VIDA”

O índice de “Qualidade Física de Vida” (Physical Quality of Life Index, PQLI) de Morris era menos ambicioso e seguiu uma outra filosofia: o índice global equivale à média aritmética entre três índices parciais que descrevem a expectativa de vida, a mortalidade infantil e a capacidade de ler e escrever. Não há dúvida que os indicadores vitais, tais como expectativa de vida e mortalidade infantil descrevem muito bem o bem-estar de um grupo. Já o “analfabetismo” é um conceito pouco consensual. A capacidade de ler e escrever é um pressuposto necessário mas não suficiente para a participação em processos econômicos e políticos. Sangmeister (1984), com o seu “Índice de Necessidades Básicas”, propõe um passo adiante neste tipo de índice.

Muita atenção receberam as tentativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de construir índices que pudessem medir o desenvolvimento dos 175 países membros das Nações Unidas, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana (IPH).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O IDH é calculado desde 1990 e é composto por: probabilidade de sobrevivência ao nascer, taxa de alfabetização, duração média da frequência à escola e PIB real per capita. O índice varia entre zero e um. Para determiná-lo é tomado, para cada um dos quatro indicadores, o valor máximo conseguido por um país “em desenvolvimento” e calculada a relação com os demais países. Finalmente é calculada a média aritmética dos quatro valores transformados (Sangmeister, 1995, p.24, nota 14). O indicador educacional é o que recebe mais críticas (Noll, 1997, p.5).

O Brasil é um país que regularmente aparece de forma equivocada nas tabelações pelo IDH. Em 1990, por exemplo, o Brasil estava em 10º lugar no IDH dentro do contexto latino-americano. Já no PIB *per capita* ficou em 3º lugar (Sangmeister, 1993, p.22, ver tabela 9).

O Brasil, na tabela 9, encontra-se em companhia de países pobres na América Central em seu desvio negativo do IDH com relação ao PIB *per capita*. Sendo que o PIB *per capita* faz parte do IDH, são os indicadores parciais que descrevem a situação da saúde e da educação que contribuem para a posição inferior do Brasil.

TABELA 9
Agrupamento dos países latino-americanos
pelo desvio entre PIB *per capita* e IDH 1990

País	Posição na América Latina		Diferença de posição
	PIB <i>per capita</i>	IDH 1990	PIB <i>per capita</i> - IDH
	(1)	(2)	(2) - (1)
Brasil	3	10	-7
Belize	8	13	-5
El Salvador	16	19	-3
Guatemala	18	21	-3
Bolívia	21	23	-2
Peru	14	16	-2
Haiti	23	24	-1
Venezuela	5	6	-1
México	6	7	-1
Trinidad e Tobago	1	2	-1
Honduras	20	20	0
Paraguai	15	15	0
Panamá	11	11	0
Jamaica	12	12	0
Rep. Dominicana	19	17	2
Nicarágua	22	20	2
Argentina	7	5	2
Ecuador	17	14	3
Uruguai	4	1	3
Colômbia	13	8	5
Guiana	23	18	5
Costa Rica	10	4	6
Chile	9	3	6
Suriname	2	9	7

Fonte: Sangmeister, 1993, p.22

ÍNDICE DE POBREZA DO BANCO MUNDIAL 1990

Em 1990 o World Development Report teve como tema principal a pobreza. Nele encontramos reflexões sobre o tema e sobre a metodologia do cálculo. Os autores inicialmente afirmam que pobreza não é a mesma coisa que igualdade; igualdade existe tanto quando todos os habitantes de um país são pobres como quando ninguém o é. Eles definem pobreza como “incapacidade de chegar a um nível mínimo de vida” (World Bank, 1990, p.26). Para chegar a uma mensuração deve-se responder a três perguntas:

- como se mede o nível de vida?
- o que é um nível mínimo de vida?
- como se pode representar a severidade da pobreza num índice?

Para medir o nível de vida, o Banco Mundial usa um índice de consumo em preços de paridade de poder de compra, embora reconheça que as diferenças de preços entre áreas rurais e urbanas podem ser grandes e que as necessidades podem variar com a idade das pessoas.

O nível mínimo é nada mais que uma norma bastante arbitrária. Para diminuir um pouco a artificialidade trabalha-se com linhas de pobreza superior (“pobreza”, US\$ 370) e inferior (“pobreza extrema”, US\$ 275) que se mostraram adequadas nos estudos de países reconhecidamente pobres, tais como Bangladesh, Egito e Índia.

Para calcular o número de pobres é usado tanto o número de pessoas que estão abaixo das linhas de pobreza como também a “lacuna da pobreza”, isto é, o volume de pagamentos de transferência necessários para acabar com a pobreza em relação ao total do consumo.

A América Latina e o Caribe, em 1985, com estes índices, contavam com 50 milhões de extremamente pobres, o que equivalia a 12% da população. Com uma transferência de apenas 1% do consumo total poderia ter sido eliminada a pobreza. Incluindo os pobres e os extremamente pobres, havia 70 milhões de pessoas vivendo na pobreza (1990, p.29). No Brasil não foi possível medir o consumo, por isso foram usados os valores da renda. Também não foi possível, por motivos não explicitados, calcular a lacuna da pobreza entre 1981 e 1987. Nos períodos de 1960 a 1980 e 1981 a 1987 o Brasil mostrou o quadro da tabela 10:

TABELA 10
Índice de pobreza no Brasil segundo o Banco Mundial

Percentual de pobres				Número de pobres em milhões				Lacuna de pobreza (%)	
1960	1980	1981	1987	1960	1980	1981	1987	1960	1980
50	21	19	24	36,1	25,4	23,1	33,2	41	41

Fonte: World Bank, 1990, p. 41, 43

O Banco Mundial, em suas publicações mais recentes, usa um indicador chamado "Quota da população que vive com menos de um dólar por dia", onde o "dólar" representa uma quantia de dinheiro que equivale à paridade de valor de compra. O Banco Mundial admite que esse procedimento reduz os problemas de comparação, mas não os elimina (Weltbank, 1997, p.283). Por esse indicador, no Brasil entre 1981 e 1995 a pobreza era de 28,7% (1997, p.247). O fato de que a Colômbia e a Bolívia, países considerados pelo Banco Mundial mais pobres que o Brasil, tenham uma quota de pobres de apenas 7,4% ou 7,1%, respectivamente, mostra que algo não pode estar certo com o cálculo do índice.

World Handbook of Political and Social Indicators

Sob este título se conhece uma coleção já tradicional de indicadores, iniciada em 1964 com o primeiro "Manual Mundial de Indicadores Políticos e Sociais". Um segundo volume foi editado em 1972 e o terceiro em 1982.¹⁴ Nele se encontram 359 dados de 153 países das áreas de política, economia, finanças públicas, população e sociedade. Constam os países com mais de um milhão de habitantes ou membros das Nações Unidas. Os dados foram levantados das agregações feitas nas estatísticas das Nações Unidas.

World Value Survey 1990 a 1993

Este levantamento foi organizado por R. Inglehart (University of Michigan, Estados Unidos), Renate Köcher (Institut für Demoskopie Allensbach, Alemanha) e R. A. de Moor (Tilburg University, Países Baixos) que formaram The European Values Group no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Tilburg. A coleta de dados foi desenhada para fazer comparações internacionais de valores e normas numa grande variedade de áreas e para reconhecer mudanças de valores e de atitudes das massas populares em 45 países. Os tópicos incluídos são: trabalho, valores, estilos e objetivos da vida, família e questões sociais contemporâneas. Anteriormente, entre 1981 e 1983, os dois primeiros institutos conduziram um estudo em 22 países sobre normas e valores básicos. Os estudos de Inglehart sobre pós-materialismo deram início a esse estudo da mudança dos valores sociais em nível global, mais abrangente e contínuo.

¹⁴ Não encontramos indicação sobre uma quarta edição.

Obtenção e tratamento dos dados

Painel socioeconômico (Alemanha)

O Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung, DIW) em Berlim, através do Grupo de Projeto "O Painel Socioeconômico" (Projektgruppe "Das sozio-ökonomische Panel, SOEP), realiza, desde 1984, um levantamento anual de tipo painel com até 14.000 pessoas e distribui os dados em CD. Distribui também uma versão inglesa dos dados, isto é, dos nomes das variáveis e das codificações (GSOEP). Os dados de cada levantamento anual estão reunidos em um arquivo. Os dados acumulados estão à disposição do usuário a partir do segundo semestre do ano subsequente.

O SOEP consiste em questões econômicas, mas também de dados de interesse sociológico.¹⁵ Trata-se de uma cooperação exemplar entre as ciências econômicas e sociais. Pelo fato de serem entrevistadas anualmente sempre as mesmas pessoas, esses dados permitem estudos verdadeiramente longitudinais. A partir daí pode-se reconstruir biografias de todos os tipos: educacionais, profissionais, de renda, de emprego e de desemprego. Também é possível avaliar se as expectativas em determinado ano se tornaram realidade no ano seguinte. Por exemplo, se uma pessoa no ano 1 esperava que a situação econômica melhoraria no decorrer do ano 2, é possível conferir se ela realmente melhorou sua renda ou não, e quais as suas expectativas para o ano 3.

Outra aplicação importantíssima para o desenvolvimento da teoria sociológica é a comparação entre atitudes e comportamento. No âmbito metodológico, a apuração dos dados entra em dimensões inéditas. Com uma média de 12.000 entrevistados em 11 ondas anuais realizadas até agora e com centenas de variáveis, o total dos dados não pode ser processado por um PC. Daí resulta a necessidade de construir um jogo de dados individual do pes-

¹⁵ Maiores informações se encontram em língua inglesa na Internet sob o endereço <http://www.diw-berlin.de/soep/>. Através de um convênio com a Syracuse University os dados com as etiquetas das variáveis e dos valores das escalas também estão disponíveis em língua inglesa. Eles podem ser obtidos, por um preço nominal, também por pesquisadores estrangeiros, em forma de CD depois de firmar um convênio a respeito. Maiores informações na Internet ou por e-mail com: soepmail@diw-berlin.de.

quisador com as variáveis e os anos a serem tabulados. De um arquivo especial são obtidos o identificador da pessoa, as variáveis e os anos, e depois são percorridos os arquivos de todos os anos que interessam. Este procedimento em SPSS ou outro programa estatístico pode, mesmo em PC potente, durar certo tempo. Um dos maiores problemas logísticos é a identificação das variáveis semelhantes nos diversos anos ou “ondas”. Além de fornecer ampla documentação, o Instituto também oferece um serviço interativo na Internet, pelo qual o usuário pode escolher as variáveis através de índices remissivo e analítico. Através deste programa “SOEP-INFO” na *homepage* é dada uma boa oportunidade para o usuário, também em inglês, informar-se sobre os dados. As seguintes perguntas podem ser respondidas:

– Que variáveis há, em que arquivo estão e para quais anos estão disponíveis?

– Quais as variáveis em determinado arquivo?

– Quais as variáveis disponíveis sobre um determinado tópico?

– Conhecendo o nome de uma variável em um ano, como se chamam as variáveis em outros anos?

– Em que nível está disponível uma determinada variável: a nível da pessoa, do domicílio?

– Mudou-se a forma da codificação do decorrer do tempo?

– Quais as frequências de determinadas variáveis?

– Como está um *retrieval* preparado para diversos programas de análise estatística para determinadas variáveis?

– O número de observações é suficiente para uma determinada questão?

O SOEP-INFO também permite criar arquivos de comandos para programas de análise estatística (SPSS, SAS, TDA e STATA). O servidor do Instituto então elabora um arquivo de sintaxe e o lança no computador do cliente via FTP. Em seguida e com poucas alterações eventuais a respeito da localização dos dados no computador do cliente, ele pode imediatamente iniciar o processo da construção de seu arquivo de dados. Em seguida faz as operações conhecidas para tabulações, cálculos etc.

Censos e minicensos

Tanto o IBGE como os serviços estatísticos oficiais de outros países colocam à disposição do pesquisador os dados provenientes dos censos e dos levantamentos com grandes amostras (por exemplo a PNAD). Estes dados – em comparação com os dos painéis – em princípio não apresentam maiores problemas de apuração além de serem arquivos com dezenas ou centenas de

milhares de unidades (domicílios ou pessoas) quando se trata de um único levantamento. Como o número de variáveis normalmente é menor do que nas pesquisas científicas por amostragem e por painéis, o processamento com um programa como SPSS raramente encontra limites logísticos. As apurações, aliás, podem levar bastante tempo, de modo que é um bom conselho tirar inicialmente apenas uma amostra dos dados¹⁶ para as inúmeras tentativas de tabulação e cálculo, até que, no final desta fase do trabalho, se processe aquelas tabulações e cálculos mais prometedores com o total do dados. Os problemas graves se apresentam tão logo se pretenda elaborar séries históricas ou longitudinais. Nos censos completos – por motivos de confidencialidade dos dados pessoais – não existem as variáveis identificadoras para vincular os dados de diversos levantamentos. Os censos por amostragem (minicensos), incluídos os censo demográficos recentes no Brasil, subtraem-se completamente à análise longitudinal em sentido estrito. Resta a possibilidade de fazer as tabulações transversais, com variáveis cuja definição frequentemente foi mudada de um levantamento para outro.

¹⁶No SPSS com o comando SAMPLE.

Discussão de alguns indicadores brasileiros

Salário mínimo

Um indicador puramente brasileiro é o salário mínimo. Já por sua natureza ele é um indicador “social”, mas não necessariamente um indicador social válido. Introduzido já na época de Vargas (Koch, 1994, p.357), sua construção e modificação sempre teve finalidades políticas, no sentido de disciplinar tanto os empregadores como os empregados. Às vezes ele era o melhor índice de inflação, mas as manipulações foram freqüentes. O fato de sua construção ter sido incorporada na Constituição de 1988 (art. 7, IV) não melhorou a situação nem mesmo com o dispositivo que determina que seja “capaz de atender a .. necessidades vitais básicas (dos trabalhadores) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedado sua vinculação para qualquer fim”.

Ele era e continua sendo nada mais que um indicador monetário. É interessante notar que autoridades sociológicas como Hélio Jaguaribe no mesmo ano definiram a linha da pobreza na casa de dois salários mínimos (Jaguaribe, e colaboradores, 1986, p.64).

Cursos universitários

Outro exemplo típico do Brasil são as tentativas de *ranking* dos cursos universitários, algo tão popular que as revistas comerciais, tais como *Playboy* (Editora Abril) as realizam. Tentativas complementares foram feitas por entidades científicas (Schwartzman, 1995). O índice do Nupes, além do *ranking* da Editora Abril, baseia-se em mais dois indicadores parciais: o Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD – e a avaliação da pós-graduação realizada pela Capes.

O índice IQCD é calculado da seguinte maneira: multiplica-se o número dos doutores por 5, dos mestres por 3, dos professores com especialização

por 2 e dos bacharéis por 1; a soma dos produtos é dividida pelo número total de docentes. O índice chega a ter valores entre 1 (universidade só com professores do nível de bacharelado) até 5 (todos com doutorado). A Ufrgs, em 1991, obteve um índice de 2,79 (USP: 4,15). O ponto fraco na opinião de Schwartzman é a categoria de especialização, para a qual fora das universidades federais não há conceito único (1995, p.21). Deve-se acrescentar que as outras categorias também têm a sua fraqueza devido ao nível da universidade na qual os professores obtiveram seus títulos.

Até certo ponto, estas debilidades estão sendo corrigidas pelo índice dos professores do regime de tempo integral e a dedicação à pesquisa. Na Ufrgs, 64,9% estavam com tempo integral e as atividades de pesquisa ocupavam 32,5% do tempo dos professores (USP: 71,8 % e 35,9%).

O segundo índice, aquele do *ranking* da Editora Abril, se baseia em 10 itens que vão desde a “capacitação dos professores que efetivamente dão aulas na graduação” até a “qualidade de vida cultural, social e esportiva nos *campi*” pelo qual se atribui até cinco “estrelas”. Sobre a qualidade dos itens e de sua avaliação não se comunica detalhes. A Ufrgs obteve um valor médio de 3,15 “estrelas” (USP: 4,06 “estrelas”). Na Ufrgs, 83,9% dos alunos eram de graduação (USP: apenas 76,7%).

Na avaliação da pós-graduação, multiplica-se o número de cursos com conceito “A” por 10 pontos até os com conceito “E” por dois pontos e divide-se a soma dos produtos pelo número total de cursos. Aqui vale mencionar que não se diferencia entre mestrado e doutorado.

Definição de pobreza pelo IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define a linha de pobreza como sendo meio salário mínimo por família ou unidade doméstica. O salário mínimo deve cobrir as necessidades básicas de um empregado e de sua família, e deve ser adaptado com regularidade (Art. 7, III, Const. de 1988). Contudo, na fixação do valor do salário mínimo, os custos da satisfação das necessidades básicas de uma família-padrão têm valor secundário. Mais importante são certos parâmetros da política econômica.¹⁷ O valor do salário mínimo é um dos indicadores mais importantes da inflação.

¹⁷Os dois argumentos mais recorrentes contra o aumento do salário mínimo são: a) que estouraria o orçamento da União, dos Estados e Municípios, que têm grande contingente de funcionários com salário próximo deste valor, e b) que inviabilizaria a Previdência Social, porque exacerbaria seus crônicos déficits, uma vez que o salário mínimo é um fator decisivo no cálculo dos benefícios.

Até certo ponto pode ser justificado ignorá-lo como indicador válido do custo de vida de um empregado, porque na prática raramente o salário efetivamente pago equivale ao salário mínimo. As razões disso podem ser várias: porque é descontado do salário o que o empregador paga ao empregado em forma não-monetária, porque os empregados recebem um múltiplo do salário mínimo etc.

A avaliação da cesta dos bens e serviços que correspondem às necessidades básicas de uma família padrão de empregados depende de índices de preços do custo de vida que possam ser válidos, até certo ponto, para a média da população. Não é válida para a população pobre, porque ela não pode comprar nos supermercados a preços mais baixos. Muitos pobres, além disso, cobrem suas necessidades na economia informal ou através de trocas. Essas duas áreas da economia não estão sujeitas à observação regular dos mercados pelos institutos competentes.

Cabe lembrar que o índice de Gini, que é utilizado para comparações internacionais e séries históricas, também não é de muita utilidade já que no caso da distribuição de renda, tanto a renda como os seus beneficiários são classificados em escalas cardinais, de modo que as classificações são bastante artificiais (“os primeiros 10% da população”) e dificilmente podem ser identificadas na realidade.

Com essas constatações não se pretende deixar a impressão de que a pobreza não existe; não há dúvidas sobre o fato que milhões de pessoas vivem em circunstâncias que devem ser caracterizadas como inaceitáveis, até na base dos níveis mais humildes de exigência. Mas existe uma documentação estatística oficial questionável que não permite que se estime quantas e, sobretudo, quais as pessoas que são pobres e como se distinguem daquelas consideradas não-pobres.

Índice de bem-estar em Tolosa e Rocha, 1993

Sem dúvida, nas últimas décadas, do ponto de vista da economia nacional, chegou-se a uma polarização ou uma distorção na distribuição da renda. Tolosa e Rocha discutem esse fenômeno através da abordagem da curva de Kuznets, que nos países industrializados foi calculada para épocas mais longas. Ela tem a forma de um “U” invertido: no início, com uma renda *per capita* baixa, a desigualdade da distribuição de renda é baixa. No decorrer do processo de industrialização, a desigualdade na distribuição da renda aumenta. Quando se chega a um alto nível de desenvolvimento, a desigualdade da distribuição da renda baixa de novo. Se o governo introdu-

zisse medidas de redistribuição de renda na fase ascendente da curva, o desenvolvimento da economia seria sufocado e, portanto, essas medidas exigiam não somente uma forte vontade política, mas também recursos de grande porte (Tolosa e Rocha, 1993, p.106). Uma política de redistribuição de renda no Brasil na atualidade encontraria, portanto, graves obstáculos.

Os autores, aliás, chamam a atenção para o fato de que o comportamento da curva Kuznets depende muito do nível de agregação da observação. No âmbito da economia nacional, ela pode seguir o padrão verificado nos países industrializados, mas quando se diferencia por regiões, tipos de urbanização e camadas de renda, esta semelhança não acontece.

Os autores examinam diferenças regionais e estabelecem indiretamente uma diferença de urbanização, derivada do fato de que o Sudeste e o Sul são mais densamente habitados do que as demais regiões brasileiras. Para o Brasil como um todo, o índice Gini entre 1970 e 1990 oscilou entre 0,62 e 0,63, enquanto no Nordeste, na mesma época, ele subiu de 0,59 para 0,64 e desceu no Sudeste de 0,61 para 0,58. As demais regiões tiveram um comportamento irregular (Tolosa e Rocha, 1993, p.109).

A parcela das pessoas atingidas por "pobreza absoluta" no Brasil diminuiu de 54,1% em 1970 para 27% em 1990, ou seja, quase pela metade. No Nordeste caiu 26 pontos, mas partindo de um nível bem mais alto (76,8%). Já no Sudeste a queda foi de apenas 23 pontos, partindo de um nível inicial mais baixo (37,7%). No Sul, no Centro-Oeste e no Norte os valores no início do período eram comparáveis com o valor nacional e as quedas na pobreza foram de 31, 37 e 39 pontos percentuais.¹⁸

Os autores, no que segue de seu livro, falam da metropolização da pobreza, baseando-se apenas em dados que confirmam o crescimento total das áreas metropolitanas. Eles não diferenciam entre as diversas camadas sociais. Tentando identificar as características econômicas dos pobres em 1990, os autores partem da tese segundo a qual não basta enumerar os indicadores do bem-estar. Precisa-se ainda estabelecer um juízo de valor a respeito do desvio destes indicadores de um "padrão ideal ou desejável" (Tolosa e Rocha, 1993, p.123). O juízo de valor se obtém relacionando os indicadores com a tendência central de determinadas formas de urbanização. Em princípio este procedimento é bastante adequado, porque o juízo de valor não se orienta em algum ideal normativo, mas na média regional, o que serve também como marco cotidiano de referência. Os resultados dos autores, no entanto, não produzem este efeito.

¹⁸Nos quatro levantamentos de 1970, 1980, 1988 e 1990 foi observado um desenvolvimento constante. Sempre a porção subiu levemente entre 1980 e 1988. Em 1988 foi modificado o método da mensuração. Até 1980 os resultados eram do Censo, desde 1988 são da PNAD. Pode-se atribuir uma validade maior aos levantamentos posteriores, de modo que os valores do final do período e a diminuição da parcela dos pobres parecem mais confiáveis do que os valores anteriores.

Sabe-se que a participação dos "pobres" na economia em São Paulo é a mais baixa, que o trabalho infantil, com 15,1%, é mais alto em Curitiba, que o trabalho informal é de 50,7% em Fortaleza, mas entre as mulheres é de 68,8% no Recife, enquanto o subemprego atinge seu nível maior, de 30,2%, em Salvador. O abastecimento de água é péssimo em Fortaleza; os esgotos, no Recife e a coleta do lixo, em Belo Horizonte. A frequência à escola é especialmente baixa em Curitiba e em Fortaleza há menos domicílios com refrigeradores. Nestes resultados não se detecta uma sistemática. Também os autores não a encontram.

Índice de carências básicas em Albuquerque 1993

Com o índice de carências básicas tentou-se complementar o índice de pobreza crítica, que se baseava apenas na renda, mediante a inclusão de indicadores de direitos humanos. Os itens medidos foram:

- a educação, pela frequência escolar dos 7 aos 14 anos;
- a participação econômica, pela presença de documentação trabalhista no caso de um empregado ou pelos pagamentos à previdência no caso de um trabalhador autônomo;
- a moradia adequada, por ter água encanada e a posse de um refrigerador.

Como indicador parcial é calculado um índice de renda, tomando a renda familiar *per capita* dividida por um quarto do salário mínimo. Com este indicador é determinado se o entrevistado pertence ao grupo que por definição oficial caracteriza os indigentes (Albuquerque, 1993, p. 64, 91 et passim).

Os valores obtidos foram agregados para as cinco macrorregiões (Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte) e para as nove áreas metropolitanas (São Paulo, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e Belém). O Nordeste ficou abaixo da média do índice total e do índice parcial do Brasil. O Centro-Oeste ficou abaixo do valor nacional no caso do trabalho e da moradia. Todas as outras regiões obtiveram valores maiores que a média nacional (Albuquerque, 1993, p.66).

Esse resultado não corresponde às expectativas quanto ao potencial de discriminação do índice. Na análise das áreas metropolitanas nota-se ainda que Salvador, Curitiba e São Paulo têm valores menores que a média nacional na maioria das dimensões do índice. Curitiba, no entanto, tem um alto valor no indicador parcial de renda, São Paulo na situação da moradia e Belém está com valor baixo no indicador referente ao trabalho (Albuquerque, 1993, p.66).

O autor, de fato, registra essa e outras discrepâncias. Ele as interpreta pela diferença entre os índices de pobreza crítica e das carências básicas, respectivamente. O que falta é uma crítica do sistema dos indicadores usados. Essa, aliás, pode ser executada com um raciocínio simples, quase folclórico.

Com a limitação da frequência à escola na faixa de idade estipulada pela Constituição, o ganho é pouco, porque dificilmente ocorrerá que uma criança jamais tenha estado dentro de uma escola nestes oito anos de sua vida. Seria mais importante saber – e fácil de determinar – quantos anos e até que série a criança frequentou a escola. Teria sido fácil ponderar tais dados com valores locais agregados relativos ao número de alunos por professor e por sala de aula, grau médio de formação dos professores etc.

Enquanto pode ser desejável, em termos de política social, que os empregados tenham documentos trabalhistas válidos e que os autônomos paguem contribuições à previdência social, a realidade da economia infelizmente é outra. Quem trabalha “informalmente” ou quem não confia o seu futuro à previdência social falida pode, talvez exatamente por isso, conseguir uma renda maior do que aquela definida como linha de pobreza. Esse indicador talvez reflita de modo válido a posição no sistema da política social, mas não a participação econômica e nem a pobreza.

Não há dúvida que água encanada e a posse de um refrigerador indicam determinado nível de higiene na moradia. Mas se Recife e Curitiba conseguiram classificações vizinhas (2º e 3º lugar) e Porto Alegre e Belém a mesma posição no centro da escala (Albuquerque, 1993, p.66), outros fatores devem ter tido influência sobre a situação da moradia. Levando-os em consideração, eventualmente seria possível obter uma descrição mais válida da situação de moradia.

Em seguida o autor procura encontrar uma maneira para medir a “exclusão social” que elimine as discrepâncias entre os dois indicadores mencionados. Ele o faz mediante uma simples operação: calculando a média aritmética dos valores obtidos em cada indicador. Adequadamente o autor observa que se trata de uma média ponderada, porque à renda foi dado peso dois. Mas ele não explica por que essa operação deva ser uma mensuração válida da exclusão social, nem orienta sobre como se deve ler os resultados obtidos.

É interessante notar os resultados sobre as correlações entre os diversos indicadores. Famílias pobres

- têm mais membros;
- dependem mais da renda do chefe da família;
- mais freqüentemente têm chefe de família feminino, de cor preta ou parda;
- seus chefes mais freqüentemente exercem atividades profissionais informais;

– e mais freqüentemente têm um nível educacional mais baixo do que as famílias menos pobres (Albuquerque, 1993, p.72).

A maior parte das características dos pobres corresponde àquelas dos pobres de outros países ou de outras épocas. Para identificá-las teria bastado ler a literatura sociológica existente sobre o assunto, já que esta pesquisa também não nos informa a respeito da pergunta sobre quantos excluídos há. O autor estima, sem especificar as bases da estimativa, que os excluídos são 40 milhões de pessoas (Albuquerque, 1993, p.75).

Índice de mobilidade em Pastore e Haller, 1993

Um tipo de abordagem que ultrapassa a área dos dois estudos que acabamos de discutir encontra-se no sociólogo paulistano José Pastore. Com seu índice de “mobilidade social” ele não somente tematiza a passagem de um *status* a outro, mas também promete resolver problemas de ordem sociopolítica através da determinação de sua frequência. “A possibilidade de subir na estrutura social tem sido considerada como um importante redutor de tensões sociais”. A mobilidade social seria “uma espécie de anestésico numa sociedade desigual” (Pastore e Haller, 1993, p.25).

Durante décadas o Brasil teria sido um país de alta mobilidade social ascendente. Este quadro alterou-se ligeiramente em meados dos anos 70. Em 1973, a parcela dos que haviam experimentado uma mobilidade social ascendente perfazia a metade da população. Até o ano de 1988 esta porção teria caído para 27,3%. No mesmo período duplicou-se a mobilidade descendente, especialmente a mobilidade descendente intergeracional, isto é, a perda do *status* atingido pelos pais (tabela 11).

TABELA 11
Padrões de mobilidade social – PNAD 1973 a 1988

Tipo	Intergeracional			Intrageracional		
	1973	1982	1988	1973	1982	1988
de Mobilidade						
Ascendente	47,1	39,9	37,4	54,2	26,1	27,3
Imobilidade	41,6	32,4	35,2	41,9	69,4	67,0
Descendente	11,3	27,6	27,3	3,9	4,5	5,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pastore e Haller, 1993, p.33

À novidade da queda na proporção dos que ascenderam e do aumento da proporção dos que desceram, os autores acrescentam a seguinte pergunta: O que pode acontecer com grupos que experimentaram um grande volume de ascensão social no passado, e agora vêem-se impedidos de continuar subindo e são, ao mesmo tempo, convidados pela comunicação generalizada para se organizar e reivindicar (Pastore e Haller, 1993, p.42)?

A pergunta, aparentemente, é sociologicamente bem formulada. Mas falta a resposta. Analisando mais de perto os valores numéricos da tabela, a razão pela falta da mesma fica evidente. A pergunta baseia-se numa simplificação na descrição das tendências em forma agregada. Ao serem analisadas as mudanças por camada social e os chamados "nichos da mobilidade social", observa-se que exatamente naquela fronteira que mais interessa, isto é, entre as classes sociais baixa superior e média inferior, o desenvolvimento corre contra a tendência geral. Aqui a proporção dos que ascenderam aumentou de 17,4 para 22%, enquanto a proporção daqueles que descenderam diminuiu de 9,5 em 1973 para 2,6% em 1982 e subiu novamente para 4,6% em 1988. Nas diversas fronteiras entre camadas sociais se acham tendências diversas. Existem, além disso, críticas de ordem metodológica.

- não se trata de um estudo de painel (longitudinal) mas de tendência (transversal);

- não foram entrevistadas as mesmas pessoas, mas os integrantes de três amostras semelhantes;

- não foi considerado o erro de amostragem.¹⁹

Mais importante é a observação a respeito do instrumental usado para classificar o *status* dos entrevistados e de seus pais. A proporção daqueles que estavam na classe social baixa inferior em 1988 representava apenas um terço do valor de 1973: enquanto eram 32% em 1973, em 1988 eram apenas 11%. Não há dúvida que o nível de vida melhorou naqueles 15 anos. Mas isto não significa que as relações de *status* tenham sido alteradas no mesmo volume. O pobre, em 1988, pode ter tido televisão em vez do rádio que tinha em 1973. Mas o seu patrão entretanto tinha dois carros ao invés de um só. Pode-se esperar que um país como o Brasil tenda a desenvolver-se rumo a uma sociedade de classe média nivelada (Schelsky) como os países industrializados, mas a afirmação de que a classe média no Brasil tenha aumentado de 42,2 para 57,4% (Pastore e Haller, 1993, p.36) pode bem ser produto de um artifício da pesquisa.

¹⁹ Também no apêndice metodológico não se acha uma observação a respeito.

Diferença étnica em Silva 1993

Através de uma boa abordagem, Nelson do Valle Silva (1993) tentou provar que a população preta era mais fortemente atingida pela pobreza. Como no caso de outros desenhos de pesquisa, como por exemplo em Lovell (1991), o autor tentou quantificar a influência de todos os fatores conhecidos não ligados à questão étnica, e denominou a diferença não esclarecida como racismo. Tais desenhos, de fato, correspondem ao estado da arte da pesquisa empírica.

No estudo de Silva foi calculada uma média de frequência à escola de 8,83 anos para a população geral; para os pretos ela era de apenas 5,4 anos e para pardos, 6,41 anos. (1991, p.192). A diferença de 2,89 anos entre pretos e brancos pode ser repartida, segundo um modelo de Jones e Kelley, em duas partes: uma se baseia em características que não têm nada a ver com a cor da pele (ser criado em ambiente rural, nível escolar e *status* profissional dos pais etc.); e outra, não explicável, que no caso perfaz 1,89 anos ou 65% da diferença, pode ser atribuída a fatores não-raciais. Portanto, conclui-se que seja de um ano a menos o tempo que os pretos freqüentam a escola puramente por serem pretos. A diferença racialmente motivada entre branco e pardo é de 1,7 anos (1991, p.181). Silva admite que não foram controlados outros fatores tais como habilidade intelectual e características de comportamento, de modo que se deve interpretar os resultados com certo cuidado.

Com o mesmo método calculou-se a influência sobre a renda. O estudo mostrou que a experiência profissional, a formação recebida e as tradições familiares podem ser melhor aproveitadas pelos brancos do que pelos pretos. Eles, portanto, sofrem uma discriminação na renda de 36% em relação aos brancos; para os pardos ela é de 21% (1991, p.194).

A qualidade de vida em Almeida 1997

No Brasil surgem cada vez mais freqüentemente tentativas de calcular índices compostos a partir dos dados fornecidos pelas agências estatísticas, referidos a microrregiões tais como os municípios. Almeida (1997) construiu o "índice de qualidade de vida do Rio de Janeiro" (IQV-UFF). Foram usados 18 índices parciais, cada um deles padronizado em percentuais ou partes por mil - por exemplo: percentual de matriculados no ensino de primeiro grau em relação à população em idade escolar (entre 5 e 14 anos) ou leitos hospitalares por grupos de mil habitantes - ou em outras relações - por exemplo: "ra-

ção entre a soma da população de zero a 14 anos e com 60 anos e mais e a população entre 15 e 59 anos”- (Almeida, 1997, p.30). Depois foi calculada a média simples para grupos de subíndices, tais como: para “Saúde”, a média simples dos índices de leitos e de médicos por mil habitantes e o inverso do número dos casos de doenças infecciosas e parasitárias por mil habitantes, excluindo a AIDS. No final foi atribuído o peso dois para os subíndices compostos de educação e saúde, enquanto os demais não foram ponderados. Sobre esses pesos o autor acrescenta uma observação apenas a respeito da educação, limitando-se a dizer que “ela é um fator importante”. A importância, segundo observa o autor, se deve a que “existe uma relação forte e significativa entre maiores níveis de renda.” (1997, p.32). Ora, exatamente essa seria uma razão para não dar peso elevado a esse subindicador, sendo que as correlações internas dos índices parciais levam a dar uma ênfase maior à educação. O fato de usar a média aritmética simples para compor os subíndices não é justificado pelo autor. Os resultados podem mostrar certa plausibilidade, diferenciando bem os diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Como faltam os cálculos de correlações internas e ponderações de ordem mais teóricas, a aplicação deste procedimento tem importância puramente local.

Conclusão

A discussão de alguns indicadores nacionais e internacionais mostrou que os indicadores sociais não são fáceis de calcular. Tanto sobre sua concepção, como sobre sua operacionalização continua a haver vivas discussões na comunidade científica. Um bom indicador social descreve de forma válida o que pessoas reais realmente fazem e pensam e por sua independência da comunicação no sistema político ele pode ser um corretivo mais eficiente que a chamada “opinião pública”. Um bom indicador social, por outro lado, raramente é fácil de ser entendido em sua construção: para que possa descrever fenômenos sociais altamente complexos, ele precisa de uma complexidade interna correspondentemente alta. Os próprios cientistas sociais devem assumir a responsabilidade não somente na construção dos indicadores sociais como também sobre o seu uso na comunicação social. Em ambas as tarefas, uma infra-estrutura das ciências sociais em níveis nacional e internacional se mostrou de altíssima importância. Ela, por um lado, exige o discurso interno na comunidade científica das ciências sociais, e providencia a esta, por outro lado, a base para entrar nas disputas e nos discursos com outros sistemas sociais.

Referências bibliográficas

- ALBA, Richard; Walter Müller e Bernhard SCHIMPL-NEIMANN, (1994). Secondary analysis of official microdata. In: Ingwer Borg e Peter Ph. Mohler (orgs.). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter, p.57-78.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Pobreza e exclusão social. In: João VELLOSO, Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Cavalcanti Roberto de (orgs.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p.53-102, 1993.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- ALWIN, Duane F., Michael Braun, Janet Harkness e Jacqueline Scott (1994). Measurement in multi-national surveys. In: Ingwer Borg e Peter Ph. Mohler (orgs.). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter, p. 26-39.
- BAUER, R. A. (org.) (1966). *Social indicators*. Cambridge: MIT-Press.
- BORG, Ingwer e Peter Ph. Mohler (1994). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter.
- PETERS, Matthias, ZEUGIN Peter (1979). *Sozialindikatorenforschung: Eine Einführung*. Stuttgart: Enke.
- DAVIS, James A.; Peter Ph. Mohler e Tom W. Smith (1994). Nationwide general social surveys. In: Ingwer Borg e Peter Ph. Mohler (orgs.) (1994). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter, p. 18-25.
- EMMERLING, Dieter e Thomas Riede (1997). 40 Jahre Mikrozensus. *Wirtschaft und Statistik* 3: 160-74.
- ENGEL, Uwe e Jost Reinecke (1994). *Panelanalyse: Grundlagen, Techniken, Beispiele*. Berlin: Gruyter.
- ESSER, Hartmut (1989). Amtliche Statistik und empirische Sozialforschung. Bemerkungen zu einem (scheinbar) schwierigen Verhältnis. *Allgemeines Statistisches Archiv*. 73: 70-86.
- ESSER, Hartmut, Heinz Grohmann, Walter Müller e Karl-August Schäffer (1989). *Mikrozensus im Wandel. Untersuchungen und Empfehlungen zur inhaltlichen und methodischen Gestaltung*. Stuttgart: Metzler-Poeschel.
- FLORA, Peter (1975). *Indikatoren der Modernisierung. Ein historisches Datenbuch*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *Censo demográfico de 1991. Documentação dos microdados da amostra*. Produto em CD, Versão 2, Junho 1996.
- GALTUNG, Johan (1970). *Theory and methods of social research*. Oslo: Universitetsforlaget.
- HORN, Robert V. (1993). *Statistical indicators for the economic and social sciences*. Cambridge: University Press.
- HÖLLINGER, Franz (1989). Familie und soziale Netzwerke in fortgeschrittenen Industriegesellschaften. Eine vergleichende empirische Studie in sieben Nationen. *Soziale Welt*, 40(4): 513-37.
- INGLEHART, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (s. d.). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1995. Microdados. Notas metodológicas*. Produto em CD.
- JAGUARIBE, Helio e colaboradores. *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- JAGUARIBE, Helio, Nelson do Valle e Silva, Marcelo de Paiva Abreu, Fernando Bastos e Winston Fritsch. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOCH, Gisela (1994). Einkommensverteilung in Brasilien. In: Briesemeister, Dietrich, Gerd Kohlhepp, Ray-Güde Mertin, Hartmut Sangmeister und Achim Schrader (orgs.), *Brasilien heute: Politik, Wirtschaft, Kultur*. Frankfurt: Vervuert, p.352-363.
- LEIPERT, Christian e Udo Ernst Simonis (1982). Sozialindikatoren und Entwicklungsplanung. In: *Handbuch der Dritten Welt*, v. 1: Unterentwicklung und Entwicklung: Theorien, Strategien, Indikatoren. Org. Dieter Nohlen e Franz Nuscheler, edição revista e ampliada. Hamburg: Hoffmann & Campe, p.432-450.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil. *Estudos Avançados* n.24, v.9, p.141-56, 1995.
- LOVELL, Peggy A. (1991). Development and racial inequality in Brazil: wage discrimination in urban labor markets, 1960-1980. In: *The peopling of the Americas* (International Union for the Scientific Study of Population), v.2, p.481-498.
- LUHMANN, Niklas (1990). *Soziologische Aufklärung 5*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- MÜLLER, Georg P. with the collaboration of Volker Bornschiefer (1988). *Comparative world data. A statistical handbook for Social Science*. Frankfurt: Campus.
- NOLL, Heinz-Herbert (1997). Human development report 1997. *Informationsdienst Soziale Indikatoren*, 1(18): 5.
- NOLL, Heinz-Herbert e Wolfgang Zapf (1994). Social indicators research: societal monitoring and social reporting. In: Ingwer Borg e Peter Ph. Mohler (orgs.), *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Gruyter, p. 1-17.
- PASTORE, José e Archibald O. Haller. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (orgs.), *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p.25-49, 1993.
- POPPEL, Frans van e Lincoln H. Day (1996). A test of Durkheim's theory of suicide without committing the 'ecological fallacy'. *American Sociological Review*, 61(3): 500-07.
- ROCKWELL, R. (1983). Social indicators at the council. A review of the current program and an overview of future plans. *Items*, v.37, p.90-94.
- SANGMEISTER, Hartmut (1984). Ein Index der Grundbedürfnisbefriedigung in Entwicklungsländern. In: *Diskussionsschriften des Instituts für vergleichende Wirtschafts- und Sozialstatistik der Universität Heidelberg*, v.13. Heidelberg: Universität.
- . (1993). Messung der Armut in Lateinamerika. In: *Lateinamerika: Analysen, Daten, Dokumentation*, v.10, n.23, p.5-30.
- SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos*, n.20, v.4, p.245-255, 1993.
- SCHRADER, Achim (1971). Komparative Definition soziologischer Begriffe. In: Steger, H.-A. (org), *Die aktuelle Situation Lateinamerikas*. Frankfurt: Athenäum. p.35-39.

- . *Introdução à pesquisa social empírica. Um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não-experimentais*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Globo, 1978.
- . Das brasilianische Bildungssystem in der Reformphase nach 1971. Eine bildungssoziologische Deutung. *Anuario*, 11: 3-187, 1983.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo*. Informações para a imprensa. São Paulo: Seade, 1990.
- SCHWARTZMAN, Jacques. Dificuldades e possibilidades de se construir um ranking para as universidades brasileiras. In: *Aval. Pol. públ. Educ.*, n.3, v. 6, p. 5-28.
- SCHWARZ, Norbert, Herbert Bless, Hans-J. Hippler, Fritz Stack e Seymour Sudman (1994). *Cognitive and communicative aspects of survey measurement*. In: Borg e Mohler (orgs.), p.40-56, 1995.
- SHELDON, Eleanor B. e Wilbert E. Moore (1968). *Indicators of social change: concepts and measurements*. New York: Russell Sage Foundation.
- SILVA, Nelson do Valle. Situação social da população negra. In: João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (orgs.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p.175-198, 1993.
- TOLOSA, Hamilton C. e Sonia Rocha Políticas de combate à pobreza: experiências e equívocos. In: João Paulo dos Reis Velloso e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (orgs.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p.103-35, 1993.
- WELTBANK [Banco Mundial] (1997). *Weltentwicklungsbericht 1997: 'Der Staat in einer sich ändernden Welt'*. Bonn: UNO-Verlag.
- WORLD BANK (1990). *World Development Report 1990*. Oxford: University Press.
- ZAPF, Wolfgang (1977). Einleitung in das Spes-Indikatorensystem. In: Wolfgang Zapf (org.) *Lebensbedingungen in der Bundesrepublik. Sozialer Wandel und Wohlfahrtsentwicklung*. Frankfurt: Campus, p.11-27.